

GDF permite hospital

Brasília, quarta-feira, 21 de novembro de 1990 **3**

e escola no Lago Sul

Os moradores do Lago Sul, principalmente de quadras desprovidas de pontos comerciais, de escolas e de áreas destinadas a serviço público, vão agora poder contar com todos esses benefícios que estavam impedidos de serem implementados devido a uma proibição do GDF. Na reunião de ontem, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente decidiu rever essa proibição, que havia sido solicitada pela própria comunidade no intuito de impedir a ocupação irregular que atingia o setor há alguns anos.

O ato, baixado na gestão de Joaquim Roriz, acabou impedindo até mesmo a destinação de áreas para construção de escolas, como pretende a Secretaria de Educação e acabou prejudicando a instalação de serviços para os próprios moradores que, segundo a diretoria do Departamento de Urbanismo, entendeu que foi um engano a solicitação e pediu a revisão da revogação, aprovada on-

tem pelo Conselho.

A ocupação das áreas, segundo a decisão do Cauma, será disciplinada por um decreto do governador Wanderley Vallim nos próximos dias, através do qual será indicado um novo procedimento. Com isso, cada ocupação será estudada separadamente pelo Departamento de Urbanismo, Terracap, Detran e a administração local, que deverão efetuar os devidos levantamentos da viabilidade da obra a ser executada.

REVISÃO

O projeto de construção do "Shopping da Construção" no Setor de Indústria e Abastecimento, apresentado pela Encol, chegou a entrar na pauta da reunião de ontem do Cauma, mas a decisão acabou sendo adiada para o próximo encontro, que será realizado no dia 11. O conselheiro Luiz Estevão discordou de algumas propostas do projeto e acabou pedindo vistas do processo. A diretora do Departamento

de Urbanismo, Ivelise Longhi, também apresentou algumas restrições à construção do shopping da forma como foi sugerido ao Conselho, mas concorda com a iniciativa, desde que sejam obedecidas as exigências para o setor.

O processo de construção do shopping previa exclusividade para a iniciativa dentro de uma área de 300 metros, que não poderia contar com outro empreendimento desse tipo. Essa exclusividade, na avaliação de Luiz Estevão, não condiz com os interesses da comunidade, "pois valoriza um em detrimento de muitos outros". O empresário, presidente do Grupo OK, também acredita que um empreendimento desse tipo vai repercutir seriamente no sistema de trânsito do setor e, por isso, merece um estudo mais aprofundado para "evitar futuros problemas que podem agravar ainda mais o trânsito do SIA que já é deficiente", argumentou.